

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Juventude e Relações de Gênero nas Novas Práticas Políticas .

.Janice Tirelli Ponte de Sousa y Camila Souza
Betoni.

Cita:

.Janice Tirelli Ponte de Sousa y Camila Souza Betoni (2009). *Juventude e Relações de Gênero nas Novas Práticas Políticas. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1748>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Juventude e Relações de Gênero nas Novas Práticas Políticas

Dra. Janice Tirelli Ponte de Sousa (Coord)

Camila Souza Betoni (Bolsista)

Departamento de Sociologia e Ciência Política
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Esta comunicação apresenta os resultados parciais da pesquisa sobre as ações coletivas juvenis com ênfase nas relações de gênero presentes na representação e na constituição dos espaços de contestação dos movimentos contemporâneos. A partir da experiência de jovens ativistas de movimentos, grupos¹ e organizações políticas buscou-se compreender o gênero como uma estrutura conceitual resultante das diferenças, desigualdades que se desdobram da relação entre ambos, dispostos num determinado campo de atuação.

A investigação teve como metodologia a coleta de depoimentos em entrevistas individuais, grupos focais, observação participante e na análise dos materiais produzidos pelos militantes em seus grupos políticos. Numa compreensão relacional do gênero (SCOTT, 1998), optamos por entrevistar tanto homens quanto mulheres, procedimento que assumiu o caráter de depoimentos, abrindo espaço para ampla expressão dos/das militantes enfocando, principalmente, suas percepções sobre as diferentes formas de participação dos indivíduos no movimento, as possíveis distinções de gênero no interior dos movimentos e a própria inserção e atuação individual dentro do coletivo. Nesta etapa estudou-se o MPL-Movimento Passe Livre, que se constitui como coletivo político formado por uma juventude independente que começa a definir seus traços mais marcantes a partir da 1990. Composto pela mais nova geração de esquerda, traz consigo uma mescla rica de velhas e novas formas de atuação política. (CARMINATTI, 2006).

As diferenças na compreensão dos processos, e na ação política junto aos espaços historicamente ocupados por homens, são indicações fortes das mudanças que vem se processando e interferindo na cultura política juvenil contemporânea.

A presença política da mulher, nos últimos séculos, caracteriza-se pela forte ênfase na conquista de espaços de atuação e na constituição social de seus direitos. Sob o ideário histórico do feminismo, a condição da mulher transformou-se na sociedade ocidental, a partir da relação com os homens, desde a conquista histórica do voto, o crescimento das oportunidades de trabalho com salários mais próximos aos deles, o direito ao divórcio, o controle sobre o uso do próprio corpo em relação à saúde, mesmo que longe de uma condição de equidade.

Estes pontos que a condição da mulher hoje é uma resultante do alcance da sua capacidade de intervenção na sociedade, prática que no seu interior carrega inúmeras características e polêmicas (o que pode nos leva a refletir sobre as inúmeras tendências do próprio movimento feminista, no Brasil e internacionalmente). Isto encontra significado nas questões sociais entre os sexos, no paradoxo diferença/igualdade como noções inseparáveis, sob o ponto de vista de que a

¹ Na primeira etapa, já concluída, já concluída, nos detivemos na juventude que integra grupos autonomistas, de orientação libertaria.

história do feminismo deve ser encarada como uma reparação dos direitos iguais em nome da diferença dos sexos (SCOTT, 1998).

Seriam as referências de gênero importantes para analisarmos o significado da participação política dos jovens? Até que ponto os motivos, as concepções e as práticas de gênero no campo das lutas sociais e políticas se assemelham e distanciam? Até que ponto elas contribuem para a unidade e diferenciação do grupo do ponto de vista coletivo?

1. O caráter auxiliar do conceito de gênero

O gênero tem seus referentes nas relações sociais constituídas nas idéias, nas instituições, nas estruturas e práticas cotidianas, nos rituais, etc, e repercute como explicativo da expressão política dos movimentos femininos, abrange o sentido dessa realidade e assume a diferença sexual como uma estrutura social “movente” e historicamente diferenciada. (SCOTT, 1998).

A utilização do conceito surge, assim, na rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos como sexo ou diferença sexual. Segundo Scott (1998), é uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Os espaços coletivos são espaços de gênero, onde os processos relacionais mediados pelas questões pertinentes ao campo social definem a forma como seus membros desenvolveram sua subjetividade. Transportado para o contexto de uma hipótese, fica sugerido que essa compreensão do campo da política se confirma como uma prática em que indivíduos expõem suas concepções de mundo no sentido da sua conservação ou sua transformação, desenvolvendo relações de poder, inclusive entre sexos. Esta conceituação é assumida no conjunto dessa pesquisa

Por seu lado, estudos e pesquisas sobre as novas gerações têm focado o fenômeno da participação política em que as relações de gênero quase não são reconhecidas na sua sociabilidade influente nos coletivos juvenis (WELLER, 2005). Somente a observação mais sistemática desta relação entre os jovens organizados politicamente pode identificar o grau de sua influência no ideário de grupos onde estão impressas características próprias na sua prática de saber/fazer de contestação social. A presença de homens e mulheres jovens oferece um campo vasto de reflexões sobre o sentido que atribuem à condição de estarem juntos e quererem, ou lutarem por algo. Isto implica, também, que ao terem como objeto da sua ação a política, as questões sociais, culturais, econômicas, etc, esses indivíduos estão também constituindo gênero que, geralmente, fica diluído na sua identificação, o que, provavelmente, incide diretamente na determinação dos acontecimentos em que estão envolvidos.

Incorporou-se na pesquisa o gênero e a juventude como instrumentos conceituais que podem conduzir, também, a compreensão dos processos políticos contemporâneos. São duas categorias ligadas de alguma maneira a fatores biológicos, porém, as significações que recebem estão no campo social, com um conteúdo simbólico e representativo marcante. Nenhuma delas apresenta homogeneidade, assim como o gênero se transforma segundo o espaço que está inserido, a condição juvenil sofre variações, que não nos permitem tratar de uma juventude, mas sim de juventudes. A política, aparece nos propósitos desta investigação como um campo empírico de observação onde as relações de gênero se realizam entre os jovens, entendida aqui não como uma luta específica e qualificada, como prerrogativa de um sujeito da contestação – a exemplo de mulheres na luta feminista por direitos sociais-, mas como um campo de ação que implica na diferenciação, afirmação ou mesmo dominação entre indivíduos de diferentes sexos.

O gênero aparece enquanto elemento definidor é essencial na formação da subjetividade dos jovens que, junto com a categoria sociológica juventude auxilia na compreensão da condição concreta do ser jovem na ação coletiva. Tem ficado evidenciado que é sempre em contextos que as relações sociais de gênero são acionadas, na mobilização tanto de pessoas quanto de causas sociais,

e que não existem propostas preestabelecidas fora das condições objetivas estabelecidas entre homens e mulheres, principalmente, em grupos dispostos a interferir nas contradições sociais.

2. Gênero e Participação Política

2.1. A divisão de tarefas marcada pelo gênero como discurso recorrente

Questões colocadas por vozes do presente vivendo novas situações históricas, dão novo significado ao que já ocorreu no passado.

Presente nos depoimentos dos e das militantes do MPL, nas entrevistas, nos espaços de debates internos do movimento, em conversas informais, a divisão de trabalho político revela a lógica da organização interna do movimento explicitamente marcada pelo gênero. Não como regra, mas como um traço que se repete. As tarefas que exigem uma maior exposição como falar em público ou escrever um panfleto, são dificilmente tomadas por mulheres. Essa separação não está só colocada pelo gênero, mas também pelo tempo de participação do indivíduo no coletivo. Ainda assim, se aparece nas duas situações, indica que essas tarefas mais “duras” não são incorporadas muitas vezes por uma questão de autoconfiança de quem não pode a tomar. As tarefas do movimento que se dão nesses dois espaços estariam marcadas pelo gênero tanto quanto se dividem, historicamente, os espaços do lar e da política, do lar e do trabalho: a divisão do espaço público e do espaço privado.

O questionamento faz aflorar uma preocupação dos militantes: a da não rotatividade das tarefas, colocada como risco sobre o princípio de horizontalidade do movimento, possível hierarquização, meio de restringir a participação de outras pessoas, que poderiam se inibir diante dos “cargos” do coletivo já devidamente preenchidos, criando uma certa especialização de tarefas.

2.2. A dificuldade de serem ouvidas

Traço comum apontado por militantes de movimentos políticos de outros períodos, a dificuldade indicada pelas mulheres de se fazerem ouvir está presente. Nos espaços de discussão do movimento em questão, muitas militantes relatam as barreiras que tiveram que enfrentar por vezes de que seu posicionamento fosse ouvido por todos os militantes. A situação exposta por um militante homem do movimento, ao se solidarizar com as reivindicações das mulheres indica que o coletivo discute a situação a experiência leva os militantes a observarem a gênese dessas relações. Tratar das distinções entre o masculino e feminino como qualidades inerentes a elas, no âmbito das ações políticas, pode criar ligações, segundo Scott, que reforçam um discurso discriminatório, reforçando distinções de papéis de gênero. Portanto, o comportamento político que aparece como característico de cada gênero é parte do resultado de uma socialização que não se reproduz, necessariamente, do mesmo modo, mas que marca as subjetividades.

2.3. A mudança do lugar do “feminino”: o emocional, o lúdico, a sensibilidade

Os(as) jovens militantes do MPL, se preocupam em transformar o espaço político pela maior valorização do subjetivo, do emocional e do lúdico. Esses valores aparecem de alguma maneira ligados ao signo feminino, e sua adesão é proposta como uma inserção positiva das experiências inerentes às mulheres no campo da política. Essas colocações que chamam a atenção para a desconstrução da ideia de ativismo político como um espaço completamente formal e insensível aparecem nos depoimentos como tentativa de modificar o caráter masculino presente nesse espaço. Ao mesmo tempo, essa mudança a partir dos valores do feminino, é muito semelhante àquelas apontadas pela nova forma do fazer e pensar política nos movimentos autônomos.

Em algumas entrevistas com os jovens aparece a preocupação com a predominância de valores ligados ao masculino nos espaços do movimento. Esta preocupação está ligada a valorização do emocional na política, colocando-o como postura mais presente nas mulheres e que nela tem seus espaços de expressão. Uma outra aponta para as estratégias lúdicas que foram tomadas pelo MPL Distrito Federal durante uma jornada de mobilizações contra o aumento da tarifa. Seguindo uma lógica oposta a essa da valorização do feminino, alguns militantes apontam que muitas mulheres ativistas, para poderem ampliar sua voz nos espaços de discussão e deliberação do movimento, parecem reproduzir algumas posturas que atribuem ao gênero masculino.

2.4. O pragmatismo é “feminino”:

Uma outra questão muito peculiar referente às diferenças de atuação entre os homens e as mulheres no MPL aponta para o comportamento pragmático próprio das mulheres. Em vários relatos, quando os militantes foram perguntados sobre as diferentes formas de participação dentro do coletivo, aparece como um comportamento comum entre as mulheres a preocupação maior com o fazer prático, em contraposição a maior presença dos homens nas instancias de discussão, de debate teórico.

No seu depoimento, uma militante do MPL Florianópolis – que aparentemente vinha de uma formação política em contato com o feminismo anterior ao movimento– revela o estranhamento de militantes do sexo masculino frente a sua disposição de enfrentamento direto com a polícia, compondo as primeiras linhas das manifestações de rua na época em que as ações diretas ainda eram puxadas pela Campanha pelo Passe Livre.

2.5. A contestação como arma interna de superação do passado ainda presente

È da recusa das mulheres adotarem esteriótipos comportamentais femininos e da necessidade de ocuparem os espaços públicos, tradicionalmente masculinos, que surge a discussão de gênero dentro dos espaços contestadores (HAUG ,1999). Isso de fato ocorreu nos espaços do movimento em Florianópolis e no Distrito Federal, o que permite-nos mais uma vez, fazer conexões com os movimentos juvenis que tomaram as ruas no anos 1960. Muitas militantes desses movimentos relatam que ao trazerem para os espaços coletivos discussões sobre as desigualdades de gênero, eram ridicularizadas e suas questões minimizadas, acusadas, inclusive, de “anti-revolucionárias” por causarem desavenças no grupo. No caso do MPL, os argumentos contra essa discussão ficaram em torno da perda de foco do movimento, porque deveria centrar-se no transporte sob o olhar de suas conseqüências organizacionais na economia, e não questões específicas, ou particulares. Nos dois casos, havia a ousadia de pensarem um mundo diferente no cotidiano dos indivíduos e do movimento, característica já colocada como chave do entendimento dos movimentos autonomistas contemporâneos: inserção nas práticas rebeldes de valores de uma ética proposta ao mundo que se acredita. Podemos notar que muitas das falas que discorrem sobre a existência de assimetrias nas relações de poder dentro do movimento se referem a uma situação de desigualdade mais intensa em um tempo passado. É possível que a partir das discussões puxadas sobre gênero dentro do movimento, algumas percepções foram consolidadas provocando mudanças nas relações internas, e produzindo certo otimismo dos militantes em relação ao desenvolvimento das idéias políticas do MPL, a exemplo da fala de uma ativista que participa desde a época da CPL.

Ainda assim, não é reconhecida uma equidade completa dentro do movimento. E para alguns militantes, construir espaços para que isso seja exposto e compartilhado é a melhor forma de transformar as relações internas de poder. Esse posicionamento parte do entendimento que as relações de gênero estão presentes em todos os espaços sociais, significando

as ações dos indivíduos, marcando o agir e o existir. Pode-se afirmar que há clareza de que os papéis não estão colocados de forma natural, mas como construção histórica dada sobre atos repressivos e leis opressivas, das quais a geração mais contemporaneamente não pode intervir em suas elaborações das estruturas: é um problema coletivo, que deve ser superado coletivamente, mas enquanto o coletivo não toma-lo para si, dificilmente as pessoas se entenderão.

Considerações finais

A partir da pesquisa, podemos pensar em uma transformação do ativismo político juvenil através do tempo, ligado ao crescimento da presença feminina nesses espaços. Há ainda muito a refletir sobre as mudanças que podem estar ligadas ao modo de fazer política das mulheres, resultante de suas experiências comuns, e não de uma essência natural. Dificilmente se pode negar que o ingresso da mulher nos espaços historicamente ocupados com exclusividade pelo masculino, não produza nenhuma mudança. O que observamos no âmbito dos movimentos independentes foi o reconhecimento das diversas formas que assumem as relações de gênero no seu cotidiano ativista; mulheres com posturas ligadas ao masculino para que sua voz seja ouvida; esforço para ter respeito em lugares públicos; pragmatismo relacionado a militância feminina; apesar da inibição nos espaços do movimento, uma tendência das mulheres a se manifestarem através de atitudes práticas, encaminhando tarefas e mostrando preocupação com o que precisa ser feito e, ainda, a discussão tomada pelas mulheres dentro do coletivo, e compartilhada com os homens, como ferramenta essencial de mudança no presente, na construção dos valores que se defende para o futuro.

Entre as(os) jovens presentes neste estudo, as relações de gênero aparecem na dinâmica das definições de uma geração diante do mundo, o que nos leva a afirmar que na juventude, em contextos de uma cultura crítica, há margem para que a dialética entre sexos se realize.

Bibliografia Consultada

CARMINATTI, Fabio. *Juventude e rebeldia: ações coletivas contemporâneas e a produção e reprodução do projeto de militância de esquerda*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

GROPPO, L. A. . *Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis de 1968*. 1. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 2005.

GROSSI, M. P. ; RIAL, C. ; HEILBORN, M. L. . *Entrevista Com Joan Scott*. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, p. 114-124, 1998.

HAUG, Frigga. *O novo movimento feminista*. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (org). *Rebeldes e Contestadores – 1968 Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

HEILBORN, Maria L.. *O Traçado da Vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro*. In: MADEIRA, Felicia (organização). *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. 1998.

LIBERATO, Leo Vinícios. *Expressões Contemporâneas de Rebeldia: Poder e Fazer da Juventude Autonomista*. Dissertação (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

_____. *A Guerra da Tarifa*. São Paulo: Fásca, 2005.

LUDD, Ned (org.). *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: 2002.

MANNHEIMN, Karl. Funções das gerações novas. In FORACCHI, M. & PEREIRA, L. Educação e sociedade – Leituras de sociologia da educação. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978. p. 1- 97.

_____. *O problema sociológico das gerações*.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. *La juventud es más que una palabra*. In: MARGULIS, M. (org.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

MATOS, Oligária C. F. *Tardes de Maio*. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (org). *Rebeldes e Contetdores – 1968 Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

PEDRO, J. M. . *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, p. 239-260, 2003.

_____. *Práticas que resistem através do tempo: aborto, infanticídio e abandono de crianças*. Revista Catarinense de História, Florianópolis - SC, v. 7, p. 133-151, 1999.

SANTOS, Carlos André dos. *Olhando para a Mídia Radical Alternativa*. In: Mosaico Social Ano 2 n.2. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2004.

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização–do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2002

SCHUMAHER, Schuma. *Primeira Onda do Feminismo*. Disponível em: http://www.mulher500.org.br/artigos_detalle.asp?cod=9 acessado em março de 2008.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, v. 20, n. 2. Porto Alegre, julho-dezembro de 1995. p. 71-99

_____. *O Inigma da Igualdade*. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, v.13 n. 1, p.12-34, 2005.

SOUSA, Janice Tirelli P. *As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas*. In: Revistas Jóvenes – Revista sobre juventude. México: Centro de Investigación y estudios sobre juventud. Ano 9, n.22. 2005. Pp. 268-297.

_____. *Reinvenções da utopia – a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Haecker, 1999.

WELLER, Wivian. *A presença feminina nas subculturas juvenis – a arte de tornar-se visível*. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, v.13 n. 1, p.92-120, 2005.

